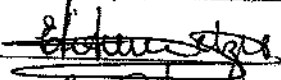
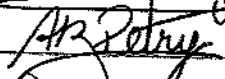
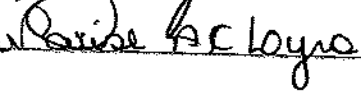
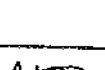


mais uma reunião: O assunto em pauta: o programa de série Diálogo 3 que trata da erradicação do Trabalho Infantil. O senhor Presidente deu início a reunião onde foi assistido o programa acima citado. Após o término do programa, foi realizada uma avaliação dos problemas relacionados ao trabalho infantil em nosso município. Ocorreu um amplo debate entre os participantes e chegou-se a seguinte conclusão: não há verificação de exploração do trabalho infantil no município, porém, o que ainda persiste no trabalho aprendiz na área agrícola é o trabalho perigoso, ou seja, são usados muitos defensivos agrícolas e o adolescente aprendiz muitas vezes não é suficientemente protegido dos efeitos nocivos destes produtos. Para melhorar este quadro torna-se necessário a realização de palestras de conscientização pelo pessoal técnico da Epogi nas comunidades e também nas escolas. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente encerrou a reunião e convocou outra para o dia 03.06.2000 no mesmo horário e local, mandando que se lavrasse a presente ata que vai assinada pelos presentes. Vidal Ramos, 30 de maio de 2.000.

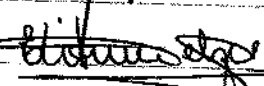
Nelson Back - 
Édiz M. W. Detzel - 
Arlete B. Petry - 
Marise A. F. Loyra - 
Acácio Hoepfers - 
Alvino de Souza - 

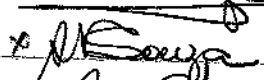
Ata da reunião do Conselho Municipal de Assistência Social de Vidal Ramos, realizada em 03 de junho de 2.000.

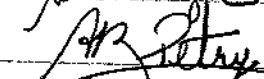
Aos nove dias do mês de junho do ano de dois mil, às oito e trinta (8:30) horas, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Vereadores realizou-se mais uma reunião do Conselho Municipal de Assistência Social. Dando início à reunião o senhor Presidente informou que o programa da Série Diálogo 3 a ser assistido é "A PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA: UMA NOVA ABORDAGEM". Após o término do programa realizou-se uma avaliação do mesmo, relacionando-o com a nossa realidade, chegando-se a seguinte conclusão: a pessoa pobre e portadora de deficiência passa a ser uma prioridade para a Assistência Social. Torna-se necessário olhar de forma diferente o portador de deficiência, olhar o mesmo com eficiência. A Constituição Brasileira determinou o Tri-pé da Seguridade Social que é composto pela saúde, previdência e assistência. É para os portadores de deficiência, a Lei Orgânica da Assistência Social estabelece: sua promoção e integração na sociedade; habilitação e reabilitação e fornecimento do benefício de prestação continuada. No entanto, garantir os direitos da pessoa portadora de deficiência não é um dever apenas do poder público mas sim de toda a sociedade civil. Com relação aos portadores de deficiência existentes em nosso município a conselheira Arlete disse acreditar que o maior problema é o preconceito da própria família. Além disso o que ocorre é que a maioria dos portadores de deficiência não foi atendida quando criança e depois de adulto torna-se muito mais difícil o trabalho que visa sua recuperação. Como não houvesse mais nada a tratar o senhor Presidente encerrou a reunião convocando a próxima para o dia 07.

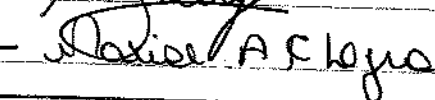
de julho do corrente no mesmo local e horário desta reunião e mandou que se lavrasse a presente ata que vai assinada pelos presentes. Vidal Ramos, 09 de julho de 2000.

Nelson Boek - 

Edit M. W. Detzel - 

Alvina de Souza - 

Arlete B. Petry - 

Marise A. F. Loye - 

Ata da reunião do conselho municipal de assistência Social realizada em 07 de julho de 2.000.

As sete dias do mês de julho do ano de dois mil, as oito e trinta (8:30) horas na sala de reuniões da Câmara Municipal de Vidal Ramos, realizou-se esta reunião do conselho Municipal de assistência Social sob a Presidência do senhor Nelson Boek. após a abertura da reunião passamos a assistir a mais um programa da série Diálogo 3 ⇒ NOVOS PADRÕES DE QUALIDADE NA ASSISTÊNCIA SOCIAL. Finalizado o programa houve uma breve discussão entre os participantes quando foram verificadas questões muito importantes com relação a política de assistência social, ou seja a política de assistência Social deve ser realizada em parceria com as demais políticas sociais. É preciso buscar padrões de qualidade para os nossos serviços na assistência social. Técnicas de acompanhamento, monitoramento, transparência são muito importantes e necessárias nos serviços públicos, porém os recursos são imprescindíveis. Quando se fala em recursos públicos, não são apenas recursos do governo mas também da sociedade civil, que cada vez mais deve participar desses programas. Os municípios devem